

HABEAS CORPUS Nº 483.569 - RS (2018/0331135-7)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CARLOS ALBERTO SILVA DO NASCIMENTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **CARLOS ALBERTO SILVA DO NASCIMENTO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que o paciente foi beneficiado com o livramento condicional, em 8/5/15, tendo, durante o período de prova, sido preso em flagrante pela prática de novo delito em 7/5/18, o que resultou na suspensão do benefício pelo Juízo da Execução, em 5/7/18, bem como a decretação de sua prisão, tendo sido indeferido o pleito ministerial de designação de audiência de justificação (e-STJ, fls. 215-220).

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução, que foi parcialmente provido pela Corte de origem, para determinar que o Juízo da Execução designasse audiência para apuração de falta grave pelo apenado. O aresto restou assim ementado:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. PRÁTICA DE NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO. SUSPENSÃO DO BENEFÍCIO. NECESSIDADE DE PRÉVIA AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE PELO APENADO. DESCONTO DO PERÍODO DE PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE.

Caso concreto em que o apenado - que usufruía do benefício do livramento condicional - teria, em tese, se envolvido em novo delito no curso da execução de sua pena. Suspensão do benefício que atende a dispositivo legal, mostrando-se, contudo, obrigatória a designação de audiência de justificação em juízo, observando o contraditório e a ampla defesa, para a apuração de eventual falta grave perpetrada pelo apenado. Pretensão ministerial acerca do desconto do período de prisão que não encontra previsão legal.

AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO." (e-STJ, fl. 275).

Neste *writ*, a impetrante alega, em síntese, que "o procedimento previsto para os casos em que o apenado comete novo delito durante o chamado período de prova é a suspensão do benefício, cuja revogação estará condicionada à sentença condenatória transitada em julgado, não havendo, portanto, como falar em cumulação com os consectários legais do reconhecimento da falta grave, já que esta pressupõe execução da

pena, logo, desnecessária a designação de audiência de justificação para este fim" (e-STJ, fl. 2).

Ressalta que não se admitiria a designação de audiência de justificação, para apurar o cometimento de falta grave durante o livramento condicional, o qual possui regramento próprio.

Requer a concessão da ordem para que seja cassado o referido *decisum* e restabelecida a decisão que indeferiu a designação de audiência de justificação concomitante à suspensão do livramento condicional do paciente.

Liminar indeferida às fls. 291-292 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 300-339 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pela "concessão da ordem, para afastar a apuração da prática de falta grave decorrente da prática de infração penal no curso do livramento condicional" (e-STJ, fl. 353).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Desse modo, passo ao exame das alegações trazidas pela defesa a fim de verificar eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem, de ofício.

Consoante se verifica dos autos, o Juízo da execução, diante da notícia do cometimento, pelo paciente, de novo delito, no curso da execução, suspendeu o benefício do livramento condicional.

O Tribunal de origem, ao dar parcial provimento ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público, considerou ser necessária a designação de audiência de justificação, para apuração da falta grave, mediante os seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 277):

"Pelo que se consta nos autos, o agravado - que usufruía do benefício do livramento condicional - teria, em tese, se envolvido em novo delito no curso da execução de sua pena, o que ensejou na instauração da ação penal de n. 001/2.18.0037156-8. Uma vez noticiado o fato nos autos da execução, promoveu o juízo monocrático a suspensão do benefício anteriormente deferido, com fulcro no art. 145 da Lei de Execuções, sem, contudo, designar audiência de justificação, a fim de apurar eventual falta grave perpetrada pelo apenado.

Ocorre, pois, que a prática de crime no curso da execução da pena configura, nos termos do art. 52 da LEP, falta disciplinar de natureza grave, não constituindo, eventual suspensão do livramento condicional anteriormente concedido, em *bis in idem*, visto que se trata de punições com previsões legais diversas (arts. 145 e 52 da LEP, respectivamente).

Assim, havendo indícios acerca da prática de falta disciplinar pelo apenado, mostra-se necessária a designação de audiência de justificação para apuração de eventual irregularidade em sua conduta, em respeito ao disposto no § 2º do art. 118 da Lei de Execução Penal."

Ocorre que, segundo julgados do Superior Tribunal de Justiça, "a prática

de fato definido como crime durante o livramento condicional tem consequências próprias previstas no Código Penal e na Lei de Execuções Penais, as quais não se confundem com os consectários legais da falta grave praticada por aquele que está inserto no sistema progressivo de cumprimento de pena" (REsp. 1.101.461/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 19/2/2013).

Nesse contexto, verifica-se que o acórdão não foi proferido em sintonia com o entendimento desta Corte Superior sobre o tema.

No mesmo sentido:

"*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. NOVA INFRAÇÃO NO CURSO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. EFEITOS DA PRÁTICA DE NOVA INFRAÇÃO NÃO SE CONFUNDEM COM OS CONSECTÁRIOS LEGAIS DA FALTA GRAVE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir habeas corpus substitutivo do recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A controvérsia, na hipótese vertente, circunscreve-se a definir se o cometimento de novo crime no curso do livramento condicional configura a prática de falta grave, nos termos do art. 52 da Lei de Execuções Penais, ou, se, com incidência das regras próprias do referido benefício, na forma dos arts. 83 a 90 do Código Penal e arts. 131 a 146 da LEP, tem por efeito apenas a sua suspensão e posterior revogação, com a desconsideração do tempo que o apenado esteve liberado.

III - Os efeitos da prática de outra infração penal no curso do livramento condicional, de fato, submetem-se às regras próprias deste benefício e, portanto, não se confundem com os consectários legais da falta grave. Precedentes.

IV - Revela-se, assim, manifestamente ilegal determinar a realização de audiência de justificação para apuração de infração disciplinar, que, fosse o caso, deveria ser apurada mediante instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar, como é o entendimento desta Corte Superior.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para cassar o v. acórdão impugnado e afastar a apuração de falta grave em vista do cometimento de nova infração penal no curso do livramento condicional. "

(HC 479.923/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 07/03/2019).

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. CRIME COMETIDO DURANTE O LIVRAMENTO CONDICIONAL. INDULTO CONCEDIDO.

FALTA GRAVE NÃO CARACTERIZADA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não obstante o agravado tenha descumprido as condições do livramento condicional, tal fato não constitui falta grave. O cometimento de crime no curso do período de prova do livramento condicional não produz os efeitos inerentes à falta grave, pois a legislação penal prevê efeitos próprios e diversos. Precedentes.

2. A prática de fato definido como crime durante o livramento condicional tem consequências próprias previstas no Código Penal e na Lei de Execuções Penais, as quais não se confundem com os consectários legais da falta grave praticada por aquele que está inserto no sistema progressivo de cumprimento de pena (REsp. 1.101.461/RS, Sexta Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 19/2/2013).

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1537149/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 10/02/2016).

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Todavia, **concedo a ordem, de ofício**, para cassar o acórdão impugnado e restabelecer a decisão de 1º grau, que suspendeu o livramento condicional, afastando-se a apuração de falta grave em razão da prática de novo crime no curso do benefício (PEC 54119-2).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator